



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001613-04.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Compra e Venda**  
 Requerente: **MARIA DE LOURDES DIAS BATISTA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

**MARIA DE LOURDES DIAS BATISTA**, requereu autorização judicial para alienação da fração ideal de bem imóvel de propriedade de seu marido Antonio Batista, ora interditado.

Realizou-se avaliação do imóvel a pedido do Ministério Público.

A requerente concordou com o laudo avaliatório.

O Ministério Público concordou com o pedido, mediante depósito de valores.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O interditado é proprietário de 1/5 do imóvel.

Justificou-se convenientemente a razão da alienação. A requerente concordou com o laudo avaliatório.

Houve concordância do Ministério Público.

Diante do exposto, **defiro o pedido**. Expeça-se o alvará, com prazo de noventa dias, autorizando o interdito Antonio Batista, representado por sua curadora Maria de Lourdes Dias Batista, a alienar a fração ideal que detém no imóvel, incumbindo à curadora depositar em juízo, em conta com rendimentos, o valor apurado na venda, que não poderá ser inferior a R\$ 52.820,00 (avaliação de fls.77), cabendo a ela prestar contas, inclusive com a juntada nos autos de cópia do contrato particular de venda e compra e da respectiva escritura pública. Deverá constar do alvará que a escritura de venda e compra somente deverá ser lavrada pelo Tabelionato mediante a prévia comprovação do depósito judicial da parte pertencente ao incapaz.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de junho de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França  
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**